

**A PROVA PERICIAL NO TRIBUNAL DO JÚRI: LIMITES DO SABER JURÍDICO
DIANTE DA COMPLEXIDADE TÉCNICO-CIENTÍFICA****EXPERT EVIDENCE IN JURY TRIALS: LIMITS OF LEGAL KNOWLEDGE IN
THE FACE OF TECHNICAL AND SCIENTIFIC COMPLEXITY****PRUEBA PERICIAL EN JUICIOS CON JURADO: LÍMITES DEL
CONOCIMIENTO JURÍDICO ANTE LA COMPLEJIDAD TÉCNICA Y
CIENTÍFICA**

10.56238/revgeov17n4-062

Marcos Venícios Andrade de Araújo

Mestre em Ciências Criminológico Forense

Instituição: Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales (UCES) – Argentina

E-mail: soicinev@gmail.com

Pedro Juan Santos Silva

Doutorando em Direito

Instituição: Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales (UCES) – Argentina

E-mail: pedrosilva.assessoria@gmail.com

Adaiana Anastácia Tomás Lapa

Doutoranda em Direito

Instituição: Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales (UCES) – Argentina

E-mail: adaiana01@hotmail.com

George Antonio Gomes Azevedo

Doutorando em Direito

Instituição: Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales (UCES) – Argentina

E-mail: georgeazevedo@yahoo.com.br

Guilherme André de Castro Francisco

Doutorando em Direito

Instituição: Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales (UCES) – Argentina

E-mail: Advguicastro2016@gmail.com

Fernando André Pinheiro Gomes

Doutorando em Direito

Instituição: Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales (UCES) – Argentina

E-mail: pinheirogomesadvs@gmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa a importância da prova pericial nos julgamentos realizados pelo Tribunal do Júri, com ênfase na complexidade técnico-científica envolvida em exames como balística forense,



perícia de local de crime, exames metalográficos, identificação de armas e exames médico-legais. Parte-se da constatação de que tais provas frequentemente ocupam posição central na reconstrução da dinâmica dos crimes dolosos contra a vida, influenciando diretamente o convencimento dos jurados. Contudo, observa-se um descompasso entre a sofisticação do saber pericial e a formação tradicional de advogados e membros do Ministério Público, que nem sempre possuem preparo técnico suficiente para interpretar criticamente laudos complexos. Esse cenário compromete o contraditório científico e favorece a substituição do debate técnico por estratégias retóricas, com impacto direto na qualidade das decisões. Defende-se a necessidade de qualificação da atuação das partes, valorização do assistente técnico e maior aproximação entre o Direito e as ciências forenses, a fim de fortalecer a função garantidora da prova pericial e promover julgamentos mais racionais e justos no âmbito do Tribunal do Júri.

Palavras-chave: Prova Pericial. Tribunal do Júri. Criminalística. Balística Forense. Contraditório. Processo Penal.

ABSTRACT

This article analyzes the importance of expert evidence in jury trials, emphasizing the technical and scientific complexity involved in examinations such as forensic ballistics, crime scene investigation, metallographic examinations, weapons identification, and medico-legal examinations. It begins with the observation that such evidence frequently occupies a central position in reconstructing the dynamics of intentional crimes against life, directly influencing the jurors' convictions. However, a mismatch is observed between the sophistication of expert knowledge and the traditional training of lawyers and members of the Public Prosecutor's Office, who do not always possess sufficient technical preparation to critically interpret complex reports. This scenario compromises scientific debate and favors the substitution of technical debate with rhetorical strategies, directly impacting the quality of decisions. The article argues for the need to improve the performance of the parties involved, value the technical assistant, and foster a closer relationship between law and forensic sciences, in order to strengthen the guaranteeing function of expert evidence and promote more rational and just trials within the jury court.

Keywords: Expert Evidence. Jury Trial. Criminalistics. Forensic Ballistics. Contradictory Proceedings. Criminal Procedure.

RESUMEN

Este artículo analiza la importancia de la prueba pericial en los juicios con jurado, haciendo hincapié en la complejidad técnica y científica de exámenes como la balística forense, la investigación de la escena del crimen, los análisis metalográficos, la identificación de armas y los exámenes médico-legales. Parte de la observación de que dicha prueba suele ocupar un lugar central en la reconstrucción de la dinámica de los delitos intencionales contra la vida, influyendo directamente en las condenas del jurado. Sin embargo, se observa una discrepancia entre la sofisticación del conocimiento pericial y la formación tradicional de los abogados y fiscales, quienes no siempre poseen la preparación técnica suficiente para interpretar críticamente informes complejos. Esta situación compromete el debate científico y favorece la sustitución del debate técnico por estrategias retóricas, impactando directamente en la calidad de las decisiones. El artículo defiende la necesidad de mejorar el desempeño de las partes involucradas, valorar la labor del asistente técnico y fomentar una relación más estrecha entre el derecho y las ciencias forenses, con el fin de fortalecer la función garante de la prueba pericial y promover juicios más racionales y justos en los tribunales con jurado.

Palabras clave: Prueba Pericial. Juicio por Jurado. Criminalística. Balística Forense. Procedimientos Contradictorios. Procedimiento Penal.



1 INTRODUÇÃO

O Tribunal do Júri ocupa posição singular no sistema de justiça criminal brasileiro, sendo o órgão constitucionalmente competente para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. Sua estrutura, baseada na participação de jurados leigos, confere legitimidade democrática à decisão penal, mas também impõe desafios significativos quando o julgamento envolve provas de elevada complexidade técnica. Entre essas, a prova pericial destaca-se como elemento frequentemente decisivo para a reconstrução da dinâmica do fato, a determinação da causa da morte e a análise de vestígios materiais deixados no local do crime.

No processo penal, a prova pericial é disciplinada pelo Código de Processo Penal como meio destinado a esclarecer fatos que dependem de conhecimento técnico ou científico (PACELLI, 2023). Em crimes julgados pelo Júri, como homicídios consumados ou tentados, os exames periciais costumam envolver áreas altamente especializadas, a exemplo da balística forense, da perícia em local de crime, dos exames metalográficos, da identificação de armas de fogo, bem como dos exames perinecroscópicos e necroscópicos. Tais procedimentos exigem domínio metodológico rigoroso, linguagem própria e compreensão de limites técnicos que, muitas vezes, não integram a formação tradicional dos operadores do Direito (LOPES JR., 2023).

Nesse contexto, surge um descompasso preocupante entre o saber jurídico e o saber científico. Advogados e membros do Ministério Público, responsáveis por sustentar teses acusatórias e defensivas em plenário, nem sempre possuem conhecimento aprofundado para interpretar criticamente laudos periciais, questionar métodos empregados, identificar falhas na cadeia de custódia ou explorar margens de erro inerentes a determinados exames (NUCCI, 2022). Como consequência, o debate técnico pode ser substituído por argumentações retóricas, simplificações excessivas ou pela aceitação acrítica da autoridade do perito oficial.

Essa limitação não afeta apenas a atuação das partes, mas repercute diretamente na formação do convencimento dos jurados. Sendo leigos, os integrantes do Conselho de Sentença dependem da mediação feita por acusação e defesa para compreender o conteúdo científico das provas. Quando essa mediação é deficiente, o risco de decisões baseadas em impressões subjetivas, segurança discursiva dos oradores ou aura de infalibilidade da perícia torna-se significativamente maior, em detrimento de uma avaliação racional e crítica da prova.

Diante desse cenário, o presente artigo tem por objetivo analisar a importância da prova pericial nos julgamentos do Tribunal do Júri, com ênfase nas áreas da balística forense, perícia de local de crime, exames metalográficos, identificação de armas e exames médico-legais. Busca-se demonstrar que o desconhecimento técnico por parte de advogados e promotores compromete o contraditório científico e pode impactar a qualidade da decisão dos jurados, defendendo-se a necessidade de maior



aproximação entre o campo jurídico e o conhecimento pericial como requisito para um julgamento mais justo e fundamentado.

2 O PAPEL DA PROVA PERICIAL NO PROCESSO PENAL

A prova pericial constitui um dos instrumentos mais relevantes do sistema probatório penal contemporâneo, especialmente em infrações que deixam vestígios materiais. Seu objetivo é fornecer ao processo uma interpretação técnica de elementos físicos relacionados ao fato criminoso, por meio da aplicação de métodos científicos reconhecidos (PACELLI, 2023). Diferentemente das provas baseadas na percepção humana direta, a perícia se apoia na análise objetiva de dados materiais, buscando reduzir o espaço da subjetividade na reconstrução do evento investigado.

Nos termos do Código de Processo Penal, a realização de exame pericial é obrigatória sempre que a infração deixar vestígios, evidenciando que o legislador reconhece a centralidade da ciência na apuração da verdade processual (BRASIL, 1941; GRECO, 2022). Ainda assim, a compreensão adequada do significado, dos limites e das implicações desses exames exige preparo técnico que nem sempre está presente na formação dos operadores do Direito.

2.1 CONCEITO E NATUREZA DA PROVA PERICIAL

A prova pericial pode ser definida como o meio de prova que se destina a esclarecer fatos dependentes de conhecimento técnico, científico ou especializado. Sua produção envolve a atuação de peritos, profissionais dotados de saber específico, que analisam vestígios e apresentam conclusões fundamentadas em metodologia própria de sua área de atuação. Trata-se, portanto, de uma prova de natureza técnica, cujo valor reside na aplicação de procedimentos sistemáticos, verificáveis e, em regra, reproduzíveis (PACELLI, 2023).

Ao contrário do que muitas vezes se supõe no discurso forense, o laudo pericial não é um enunciado de certeza absoluta, mas uma conclusão científica condicionada aos dados disponíveis, à qualidade da coleta dos vestígios e às limitações inerentes ao método empregado (LOPES JR., 2023). Essa característica exige que a prova pericial seja lida criticamente, levando-se em conta não apenas o resultado final apresentado, mas também os fundamentos técnicos que o sustentam.

2.2 FINALIDADE EPISTEMOLÓGICA DA PERÍCIA NO PROCESSO PENAL

A função central da prova pericial é contribuir para a reconstrução racional dos fatos, aproximando o processo penal de um modelo de decisão baseado em evidências. A perícia atua como mediadora entre a realidade física do evento e o universo jurídico, traduzindo vestígios materiais em informações compreensíveis e juridicamente relevantes (PACELLI, 2023). Ao estabelecer nexos



causais, delimitar hipóteses plausíveis e excluir cenários fisicamente impossíveis, o exame pericial auxilia na redução da incerteza que caracteriza a investigação criminal.

Essa finalidade epistemológica, contudo, somente se concretiza quando o conteúdo técnico é devidamente compreendido e debatido pelas partes. Quando advogados e promotores não dominam os fundamentos científicos envolvidos, a perícia deixa de ser instrumento de esclarecimento para se tornar elemento retórico, invocado de maneira superficial ou acrítica, o que compromete sua função de suporte racional à decisão.

2.3 A OBRIGATORIEDADE DA PERÍCIA NOS CRIMES COM VESTÍGIOS

O sistema processual penal brasileiro estabelece a indispensabilidade da prova pericial sempre que a infração deixar vestígios materiais (BRASIL, 1941). Essa previsão revela a preocupação do legislador em evitar que fatos de natureza técnica sejam decididos exclusivamente com base em impressões subjetivas ou relatos testemunhais. Nos crimes contra a vida, essa obrigatoriedade ganha contornos ainda mais relevantes, pois a materialidade do delito, a causa da morte e a dinâmica da agressão dependem, em grande medida, de exames especializados.

A ausência, deficiência ou má interpretação da perícia nesses casos pode comprometer seriamente a formação do convencimento judicial. Quando vestígios não são adequadamente analisados ou quando laudos são produzidos sem rigor metodológico, abre-se espaço para narrativas dissociadas da realidade física do evento, enfraquecendo a confiabilidade da decisão final (GRECO, 2022).

2.4 A PROVA PERICIAL COMO INSTRUMENTO DE GARANTIA

Embora frequentemente associada à atividade acusatória, a prova pericial possui também importante função garantidora. Exames técnicos podem revelar incompatibilidades entre a versão apresentada pela acusação e os vestígios materiais, demonstrar a ocorrência de legítima defesa, apontar erro na identificação da arma utilizada ou mesmo afastar a participação de determinado suspeito. Nesse sentido, a perícia não é um mecanismo de confirmação automática da hipótese acusatória, mas um meio de prova que pode beneficiar tanto a acusação quanto a defesa (NUCCI, 2022).

O adequado aproveitamento dessa dimensão garantidora depende, porém, da capacidade das partes de compreender e explorar criticamente os dados técnicos. Quando há desconhecimento sobre os fundamentos da perícia, perde-se a oportunidade de utilizar a ciência como instrumento de contenção de erros judiciais, reforçando decisões baseadas mais na retórica do que na evidência.



2.5 LIMITES DA COMPREENSÃO JURÍDICA DIANTE DA COMPLEXIDADE CIENTÍFICA

Apesar da centralidade da prova pericial, a formação jurídica tradicional dedica pouca atenção ao estudo aprofundado de áreas como criminalística, medicina legal e balística forense. Promotores e advogados, responsáveis por sustentar teses em plenário, frequentemente se deparam com laudos complexos sem possuir o repertório técnico necessário para avaliar criticamente métodos, margens de erro ou eventuais inconsistências (LOPES JR., 2023).

Esse descompasso entre o saber jurídico e o saber científico reduz a qualidade do contraditório e enfraquece o debate técnico no processo penal. Em vez de discutir fundamentos metodológicos, as partes tendem a recorrer a argumentos de autoridade ou simplificações excessivas, o que compromete a função racional da prova pericial e amplia o risco de decisões baseadas em percepções subjetivas, especialmente em julgamentos perante o Tribunal do Júri.

3 PRINCIPAIS ÁREAS PERICIAIS ENVOLVIDAS NOS JULGAMENTOS DO TRIBUNAL DO JÚRI

Nos crimes dolosos contra a vida, a prova pericial costuma ocupar posição central na reconstrução dos fatos levados a julgamento. A materialidade do delito, a dinâmica da agressão, a posição da vítima e do autor, a causa jurídica da morte e a compatibilidade entre vestígios e versões apresentadas dependem, em grande medida, de exames técnicos especializados, reconhecidos pela doutrina processual penal como meios de prova de alta relevância para a reconstrução fática (PACELLI, 2023). Tais áreas da criminalística e da medicina legal envolvem conhecimentos científicos complexos, cuja compreensão aprofundada nem sempre integra a formação de advogados e membros do Ministério Público, gerando um descompasso entre a produção da prova e sua efetiva análise em plenário (LOPES JR., 2023).

3.1 BALÍSTICA FORENSE

A balística forense é responsável pela análise de armas de fogo, munições, projéteis e estojos, buscando estabelecer vínculos entre o armamento e os vestígios encontrados no local do crime ou no corpo da vítima, conforme os protocolos técnicos adotados pela perícia oficial (POLÍCIA FEDERAL). Por meio de exames microscópicos, é possível identificar marcas deixadas pelo cano da arma no projétil, permitindo verificar compatibilidade entre o disparo e determinado armamento apreendido, procedimento reconhecido como elemento técnico relevante na prova material (PACELLI, 2023).

Além da identificação da arma, a balística também contribui para a determinação da distância do disparo, da trajetória do projétil e da posição relativa entre autor e vítima no momento do fato, aspectos que a doutrina processual aponta como essenciais para a reconstrução da dinâmica do evento (LOPES JR., 2023). Tais informações são decisivas para avaliar versões de legítima defesa, execução



à distância, disparos acidentais ou confrontos corporais. No entanto, a complexidade dos métodos utilizados e a existência de margens de interpretação tornam imprescindível que o conteúdo técnico seja debatido com rigor, o que nem sempre ocorre quando os operadores do Direito não dominam os fundamentos da área (NUCCI, 2022).

3.2 PERÍCIA DE LOCAL DE CRIME

A perícia em local de crime tem como finalidade a preservação, coleta, análise e interpretação dos vestígios deixados no ambiente onde ocorreu o fato criminoso, sendo considerada etapa fundamental da criminalística (SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA). Trata-se de fase crucial para a reconstrução da dinâmica do evento, pois a disposição de manchas de sangue, projéteis, cápsulas deflagradas, sinais de luta ou deslocamento de objetos pode revelar a sequência de ações que levaram ao resultado morte, conforme reconhece a literatura técnico-pericial (PACELLI, 2023).

Erros na preservação do local, falhas na cadeia de custódia ou interpretação inadequada dos vestígios podem comprometer toda a investigação subsequente, fragilizando a confiabilidade da prova material (GRECO, 2022). Apesar disso, a discussão sobre metodologia de fixação do local, técnicas de coleta e critérios de interpretação raramente é aprofundada em plenário, seja pela limitação de tempo, seja pelo desconhecimento técnico das partes, o que reduz a qualidade do debate probatório (LOPES JR., 2023).

3.3 EXAMES METALOGRÁFICOS E IDENTIFICAÇÃO DE ARMAS

Os exames metalográficos e de identificação de armas envolvem a análise de fragmentos metálicos, estruturas internas de projéteis e componentes de armamentos, com o objetivo de verificar origem, compatibilidade e funcionamento do material examinado, conforme os procedimentos técnicos adotados na perícia balística (POLÍCIA FEDERAL). Em situações em que projéteis se fragmentam ao atingir obstáculos ou o corpo da vítima, a metalografia pode auxiliar na identificação do tipo de munição utilizada e na compatibilidade com determinada arma, constituindo elemento técnico relevante para a análise da materialidade (PACELLI, 2023).



Esses exames também são relevantes para avaliar se o armamento apreendido estava apto a disparar, se apresentava defeitos ou modificações, ou se poderia produzir os vestígios encontrados. A linguagem altamente técnica desses laudos, aliada à ausência de formação específica dos operadores jurídicos, faz com que muitas conclusões periciais sejam aceitas sem questionamento crítico ou, em sentido oposto, rejeitadas sem base científica adequada, enfraquecendo o contraditório técnico (LOPES JR., 2023).

3.4 EXAMES PERINECROSCÓPICOS

O exame perinecrocópico corresponde à análise preliminar do corpo da vítima no local do fato, antes de sua remoção para o instituto médico-legal. Nessa etapa, são observados elementos como posição do cadáver, rigidez cadavérica, manchas hipostáticas, presença de lesões aparentes e vestígios próximos ao corpo, aspectos tradicionalmente estudados pela medicina legal (GOMES, 2010).

A correta interpretação desses achados pode indicar, por exemplo, se o corpo foi movimentado, se a morte ocorreu naquele local ou em outro ambiente, ou ainda se houve intervalo de tempo relevante entre a agressão e o óbito, contribuindo para a reconstrução fática (PACELLI, 2023). Contudo, a terminologia e os critérios utilizados na medicina legal frequentemente não são plenamente compreendidos por advogados e promotores, o que limita o potencial de exploração crítica dessas informações em plenário (LOPES JR., 2023).

3.5 EXAMES NECROSCÓPICOS

O exame necrocópico, realizado no instituto médico-legal, é fundamental para a determinação da causa jurídica da morte, sendo considerado peça central da prova material nos crimes contra a vida (GOMES, 2010). Por meio da análise interna e externa do corpo, o perito médico-legista identifica trajetórias de projéteis, lesões em órgãos vitais, sinais de defesa, tempo aproximado de morte e outros elementos que ajudam a reconstruir a dinâmica do evento letal (PACELLI, 2023).

As conclusões necrocópicas podem sustentar ou enfraquecer versões apresentadas pelas partes. Entretanto, a interpretação desses dados exige conhecimento anatômico e fisiopatológico que ultrapassa o repertório comum da formação jurídica. Sem domínio desses aspectos, a atuação das partes tende a se limitar à leitura superficial do laudo, sem explorar contradições, limites metodológicos ou hipóteses alternativas compatíveis com os achados médicos (LOPES JR., 2023).

4 O DESCOMPASSO ENTRE O SABER JURÍDICO E O SABER CIENTÍFICO NO PLENÁRIO DO JÚRI

A crescente dependência da prova pericial nos crimes julgados pelo Tribunal do Júri evidencia uma tensão estrutural entre dois campos do conhecimento que operam com lógicas distintas: o Direito



e a ciência forense, distinção já apontada pela doutrina processual ao tratar da racionalidade da prova (LOPES JR., 2023). Enquanto o primeiro se estrutura a partir de categorias normativas e argumentação retórica, o segundo se baseia em métodos empíricos e análise de vestígios materiais. Essa diferença gera um descompasso significativo quando advogados e membros do Ministério Público precisam lidar, em plenário, com conteúdos científicos complexos (PACELLI, 2023).

Esse distanciamento não representa mera dificuldade pontual de compreensão, mas um problema estrutural que compromete o contraditório técnico e a qualidade do debate probatório perante os jurados. A prova pericial, que deveria servir como instrumento de racionalização da decisão, passa a ser utilizada de maneira superficial, simbólica ou retórica, enfraquecendo sua função epistemológica no processo penal.

4.1 A FORMAÇÃO JURÍDICA E A AUSÊNCIA DE BASE TÉCNICO-CIENTÍFICA

Os cursos de Direito, de modo geral, dedicam pouca atenção ao estudo aprofundado de áreas como criminalística, balística forense, medicina legal e análise de vestígios. Quando tais disciplinas são oferecidas, costumam ter caráter introdutório, sem abordar de forma consistente metodologia científica, limitações técnicas ou critérios de validação dos exames periciais. Como consequência, advogados e promotores ingressam na prática forense com domínio das normas processuais, mas com reduzida capacidade de leitura crítica de laudos complexos.

Essa lacuna formativa faz com que muitos operadores do Direito se apoiem excessivamente na autoridade do perito oficial, sem questionar procedimentos adotados, margens de erro ou hipóteses alternativas compatíveis (LOPES JR., 2023) com os vestígios. Em outros casos, a reação oposta também se verifica, com a desqualificação genérica da perícia sem base técnica adequada. Em ambas as situações, o debate científico é substituído por posições retóricas, desvinculadas da análise metodológica que deveria orientar a valoração da prova.

4.2 A DIFICULDADE DE TRADUZIR A LINGUAGEM CIENTÍFICA PARA O PLENÁRIO

A linguagem utilizada nos laudos periciais é marcada por terminologia específica, descrições anatômicas, conceitos físico-químicos e referências metodológicas próprias de cada área do conhecimento. Traduzir esse conteúdo para o plenário do Júri exige não apenas compreensão técnica, mas também capacidade didática para tornar o saber científico acessível aos jurados, que são leigos.

Quando advogados e promotores não dominam o conteúdo técnico, essa tradução se torna precária. Conceitos são simplificados de forma excessiva, metáforas substituem explicações rigorosas e aspectos essenciais do método científico deixam de ser apresentados. O resultado é que os jurados recebem uma versão empobrecida da prova pericial, frequentemente reduzida a conclusões isoladas,



sem compreensão dos procedimentos que levaram a tais resultados e das limitações inerentes ao exame.

4.3 O RISCO DA FETICHIZAÇÃO DA PERÍCIA

A falta de domínio técnico favorece a chamada fetichização da prova pericial, fenômeno pelo qual o laudo passa a ser visto como verdade incontestável apenas por ostentar linguagem científica e ter sido produzido por autoridade oficial, distorcendo sua função probatória (LOPES JR., 2023). Nessa perspectiva, a perícia deixa de ser compreendida como resultado de um processo metodológico sujeito a limitações e passa a ser tratada como prova absoluta, imune ao contraditório (NUCCI, 2022).

Esse cenário é especialmente problemático no Tribunal do Júri, onde os jurados tendem a atribuir elevado peso simbólico à palavra do perito. Se acusação e defesa não exercem um contraditório técnico qualificado, explorando inconsistências, margens de erro e alternativas interpretativas, o laudo pode adquirir uma força persuasiva desproporcional, não necessariamente compatível com sua robustez metodológica.

4.4 A RETÓRICA SUBSTITUINDO O DEBATE CIENTÍFICO

Diante da dificuldade de enfrentar tecnicamente a prova pericial, é comum que o debate em plenário se desloque do campo científico para o campo retórico. Em vez de discutir métodos, protocolos de coleta, cadeias de custódia ou critérios de interpretação, as partes passam a valorizar aspectos emocionais do caso, credibilidade subjetiva das testemunhas ou apelos morais dirigidos aos jurados.

Esse deslocamento fragiliza a função racional da prova pericial, que deveria servir como elemento de controle da narrativa construída pelas partes. Quando a ciência é relegada a segundo plano e substituída por estratégias persuasivas desvinculadas dos vestígios materiais, aumenta-se o risco de decisões baseadas em impressões subjetivas, o que contraria a finalidade garantidora do processo penal.

4.5 IMPACTOS NO CONVENCIMENTO DOS JURADOS

Os jurados, por definição, não possuem formação técnica em áreas científicas. Sua compreensão dos fatos depende da forma como as provas são apresentadas e explicadas em plenário. Quando advogados e promotores não dominam o conteúdo pericial, deixam de cumprir seu papel de mediadores entre o saber científico e o julgamento leigo, comprometendo a qualidade das informações disponibilizadas ao Conselho de Sentença.

Como resultado, a decisão pode se apoiar mais na segurança discursiva do orador, na aparência de autoridade da prova técnica ou em elementos emocionais do caso, do que na análise crítica dos



vestígios e dos métodos utilizados. Esse cenário evidencia que o descompasso entre Direito e ciência não é apenas problema acadêmico, mas fator concreto de risco para a justiça das decisões proferidas pelo Tribunal do Júri.

5 CAMINHOS PARA A QUALIFICAÇÃO DO CONTRADITÓRIO TÉCNICO NO TRIBUNAL DO JÚRI

Diante do descompasso entre o saber jurídico e o saber científico, torna-se indispensável pensar em mecanismos capazes de qualificar o debate técnico no plenário do Júri. A presença de provas periciais complexas exige que acusação e defesa atuem não apenas como intérpretes da norma, mas também como mediadores entre a linguagem científica e a compreensão leiga dos jurados. Para que isso ocorra de forma efetiva, é necessário investir na formação dos operadores do Direito, valorizar a atuação de especialistas e aperfeiçoar as práticas de exposição da prova técnica em julgamento.

A qualificação do debate técnico exige medidas estruturais voltadas à formação e ao fortalecimento do contraditório científico, como forma de aprimorar a racionalidade da decisão penal (PACELLI, 2023).

5.1 FORMAÇÃO CONTINUADA DE ADVOGADOS E MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A superação da lacuna técnica passa, inicialmente, pela ampliação da formação científica dos profissionais que atuam no processo penal. Cursos de capacitação em criminalística, balística forense, medicina legal e análise de vestígios podem fornecer noções básicas sobre metodologia, limites dos exames e critérios de interpretação dos laudos. Essa formação não transforma o operador do Direito em perito, mas lhe confere ferramentas mínimas para formular perguntas relevantes, identificar fragilidades e compreender o alcance real das conclusões técnicas.

A formação continuada também contribui para reduzir a dependência acrítica da autoridade pericial. Com maior familiaridade com conceitos científicos, advogados e promotores passam a atuar de forma mais qualificada no contraditório, evitando tanto a aceitação automática quanto a contestação genérica da perícia, fortalecendo o debate racional no plenário do Júri.

5.2 VALORIZAÇÃO DO ASSISTENTE TÉCNICO

O assistente técnico desempenha papel essencial na tradução do saber científico para o processo penal. Diferentemente do perito oficial, o assistente atua vinculado às partes, analisando laudos, acompanhando exames e oferecendo pareceres técnicos que auxiliam na compreensão e no questionamento das conclusões periciais. Sua presença amplia o contraditório científico, permitindo que diferentes interpretações dos vestígios sejam apresentadas de forma fundamentada.



O assistente técnico amplia o contraditório científico ao permitir a análise crítica das conclusões periciais, contribuindo para o equilíbrio entre acusação e defesa na produção da prova técnica (NUCCI, 2022).

No contexto do Júri, o assistente técnico também pode auxiliar na preparação da estratégia de plenário, orientando advogados e promotores sobre quais pontos merecem destaque, quais conclusões são mais seguras e quais aspectos revelam incertezas ou limitações metodológicas. Assim, o debate deixa de ser puramente retórico e passa a incorporar discussões técnicas mais consistentes, beneficiando a formação do convencimento dos jurados.

5.3 MELHORIA NA COMUNICAÇÃO DA PROVA PERICIAL EM PLENÁRIO

Além da compreensão técnica, é fundamental que a prova pericial seja comunicada de forma clara e didática aos jurados. Isso exige o uso de recursos visuais, esquemas, fotografias, animações e modelos ilustrativos que facilitem a compreensão de trajetórias de projéteis, posições corporais e dinâmicas do evento. A linguagem excessivamente técnica deve ser traduzida sem perda de rigor, evitando simplificações que distorçam o conteúdo científico.

A qualificação da comunicação também passa pelo cuidado em explicar não apenas as conclusões, mas os procedimentos que levaram a elas. Quando os jurados compreendem como o exame foi realizado, quais vestígios foram analisados e quais limitações existem, tornam-se mais aptos a avaliar criticamente a força probatória da perícia, reduzindo a tendência de atribuir valor absoluto à palavra do perito.

5.4 FORTALECIMENTO DO CONTRADITÓRIO CIENTÍFICO

O contraditório técnico deve ir além da mera concordância ou discordância com o laudo. É necessário discutir métodos de coleta, preservação de vestígios, cadeia de custódia, protocolos laboratoriais e margens de erro. Quando esses aspectos são trazidos ao plenário de forma fundamentada, a prova pericial deixa de ser elemento isolado e passa a ser avaliada em sua dimensão metodológica, o que aumenta a transparência e a confiabilidade da decisão.

O assistente técnico amplia o contraditório científico ao permitir a análise crítica das conclusões periciais, contribuindo para o equilíbrio entre acusação e defesa na produção da prova técnica (NUCCI, 2022).

Esse fortalecimento do contraditório científico também contribui para que a perícia seja vista como instrumento de busca da verdade processual e não como mecanismo automático de confirmação da acusação. A exposição de limites técnicos, quando feita com responsabilidade, não enfraquece a ciência, mas reforça sua credibilidade ao demonstrar que o conhecimento pericial é resultado de método, e não de infalibilidade.



5.5 APROXIMAÇÃO INSTITUCIONAL ENTRE DIREITO E CIÊNCIAS FORENSES

Por fim, a qualificação do debate técnico demanda uma aproximação mais estreita entre instituições jurídicas e áreas científicas. Parcerias entre universidades, institutos de criminalística, escolas da magistratura, do Ministério Público e da advocacia podem fomentar pesquisas, cursos e intercâmbios voltados à compreensão da prova pericial. Essa integração favorece a construção de uma cultura jurídica mais sensível aos limites e potencialidades da ciência forense.

A médio e longo prazo, essa aproximação contribui para a formação de profissionais capazes de dialogar com o saber científico de forma crítica e responsável, fortalecendo o papel da prova pericial como instrumento de justiça. No âmbito do Tribunal do Júri, isso se traduz em julgamentos mais informados, em que a decisão dos jurados é construída a partir de uma compreensão mais sólida dos vestígios e das evidências técnicas apresentadas.

6 A PROVA PERICIAL COMO INSTRUMENTO DE GARANTIA NO TRIBUNAL DO JÚRI

A prova pericial, embora frequentemente associada à confirmação da materialidade e da autoria delitiva, desempenha também função essencial como instrumento de garantia no processo penal. Sua natureza técnica e sua vinculação a vestígios materiais a tornam capaz de limitar construções narrativas desvinculadas da realidade física do fato. No âmbito do Tribunal do Júri, essa função ganha relevo especial, pois a decisão é proferida por jurados leigos, fortemente influenciáveis pela forma como os fatos são apresentados em plenário.

Quando corretamente produzida, preservada e interpretada, a perícia atua como mecanismo de controle das hipóteses acusatórias e defensivas, impedindo que versões incompatíveis com os vestígios se consolidem apenas pela força da retórica. Contudo, para que essa dimensão garantidora se concretize, é indispensável que o conteúdo técnico seja compreendido e debatido de maneira qualificada pelas partes.

6.1 A PERÍCIA COMO LIMITE ÀS NARRATIVAS ACUSATÓRIAS

Em muitos julgamentos, a acusação apresenta uma reconstrução detalhada da dinâmica do crime, atribuindo ao réu determinada conduta, posição no espaço e forma de execução do ato. A prova pericial pode funcionar como elemento de verificação dessa narrativa, confirmando-a ou revelando inconsistências. Trajetórias incompatíveis, distâncias de disparo divergentes da versão apresentada ou ausência de vestígios esperados podem enfraquecer a hipótese acusatória.

Nesse sentido, a perícia atua como limite objetivo à imaginação acusatória, exigindo que a narrativa seja compatível com os dados materiais do caso. Quando advogados possuem conhecimento técnico suficiente para explorar essas inconsistências, a prova científica se transforma em instrumento



de proteção contra condenações baseadas exclusivamente em conjecturas ou interpretações subjetivas dos fatos.

6.2 A PERÍCIA COMO PROTEÇÃO CONTRA ERROS JUDICIAIS

A história do processo penal revela inúmeros casos em que interpretações equivocadas de vestígios ou a ausência de análise técnica adequada contribuíram para condenações injustas. A perícia, quando realizada com rigor metodológico, pode afastar suspeitas infundadas, demonstrar impossibilidades físicas e excluir a participação de pessoas erroneamente apontadas como autoras do crime.

No Tribunal do Júri, essa função é ainda mais sensível, pois a decisão não é acompanhada de fundamentação escrita pelos jurados. A prova técnica, portanto, assume papel crucial na construção de um convencimento baseado em elementos verificáveis. A correta compreensão de seus limites e possibilidades reduz o risco de que a emoção, a comoção social ou a habilidade retórica das partes prevaleçam sobre a análise dos vestígios.

6.3 A IMPARCIALIDADE METODOLÓGICA DA PROVA PERICIAL

Diferentemente das provas orais, que podem ser influenciadas por memória falha, interesses pessoais ou percepções subjetivas, a prova pericial se fundamenta em métodos científicos que buscam neutralidade e reprodutibilidade. Essa característica não elimina a possibilidade de erro, mas estabelece parâmetros objetivos para a verificação das conclusões apresentadas.

Quando o debate em plenário inclui a análise dos métodos utilizados, das condições de coleta dos vestígios e das limitações técnicas do exame, a perícia cumpre sua função de instrumento racional de controle da prova. A ausência dessa discussão, por outro lado, transforma o laudo em argumento de autoridade, esvaziando seu potencial garantidor e reduzindo-o a elemento simbólico no embate retórico entre acusação e defesa.

6.4 A PROVA PERICIAL E O PRINCÍPIO DA DÚVIDA RAZOÁVEL

A existência de hipóteses alternativas compatíveis com os vestígios deve ser considerada na formação do convencimento, em respeito à presunção de inocência (LOPES JR., 2023). A perícia, ao revelar limites do conhecimento disponível sobre o caso, pode contribuir para a construção de uma dúvida razoável acerca da autoria ou da dinâmica do fato.

Nesse cenário, a prova pericial deixa de ser vista como instrumento de certeza absoluta e passa a ser compreendida como elemento de ponderação, capaz de indicar que determinadas conclusões não podem ser afirmadas com segurança científica. Essa percepção é essencial para a preservação do



princípio da presunção de inocência, especialmente em julgamentos populares, nos quais a tendência à busca de uma resposta definitiva pode obscurecer a existência de incertezas relevantes.

6.5 A NECESSIDADE DE LEITURA CRÍTICA DA PROVA TÉCNICA

Para que a perícia desempenhe plenamente sua função garantidora, é indispensável que acusação e defesa adotem postura crítica diante do laudo. Isso envolve questionar procedimentos, verificar a integridade da cadeia de custódia, analisar a coerência interna das conclusões e considerar hipóteses alternativas compatíveis com os dados técnicos.

Sem essa leitura crítica, a prova pericial corre o risco de ser instrumentalizada como reforço automático de narrativas previamente estabelecidas. Quando, ao contrário, é tratada como objeto de análise metodológica rigorosa, a perícia se consolida como ferramenta de justiça, contribuindo para decisões mais equilibradas e compatíveis com a complexidade dos fatos submetidos ao julgamento do Tribunal do Júri.

7 CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidencia que a prova pericial ocupa posição central nos julgamentos realizados pelo Tribunal do Júri, especialmente nos crimes dolosos contra a vida, nos quais a reconstrução da dinâmica do fato, a determinação da causa da morte e a vinculação entre vestígios e versões apresentadas dependem diretamente de conhecimentos técnico-científicos. A perícia, nesse contexto, não se limita a um elemento acessório da instrução, mas constitui verdadeiro eixo estruturante da narrativa fática submetida à apreciação dos jurados.

Entretanto, também se demonstrou que há um descompasso significativo entre a complexidade do saber pericial e a formação tradicional dos operadores do Direito. Advogados e membros do Ministério Público, embora dominem os instrumentos jurídicos e retóricos do processo, frequentemente não possuem preparo técnico suficiente para interpretar criticamente laudos de balística forense, perícia de local de crime, exames metalográficos, identificação de armas e exames médico-legais. Essa limitação compromete o contraditório científico, empobrece o debate em plenário e dificulta a adequada tradução do conteúdo técnico para a compreensão dos jurados.

Como consequência, a prova pericial pode assumir papel distorcido no julgamento. Em alguns casos, é fetichizada como verdade incontestável, sem análise de seus fundamentos metodológicos e limitações. Em outros, é desconsiderada com base em argumentos genéricos e não técnicos. Em ambos os cenários, a função epistemológica da perícia é prejudicada, e o julgamento tende a se apoiar mais na força persuasiva das partes do que na análise racional dos vestígios materiais.

O fortalecimento da qualidade das decisões do Tribunal do Júri passa, portanto, pela qualificação do debate técnico. A formação continuada de advogados e promotores, a valorização do



assistente técnico, o aprimoramento da comunicação da prova científica em plenário e a aproximação institucional entre o campo jurídico e as ciências forenses surgem como caminhos possíveis para reduzir o hiato entre Direito e ciência. Tais medidas não pretendem transformar juristas em peritos, mas dotá-los de instrumentos mínimos para exercer um contraditório efetivo e responsável diante da prova técnica.

Por fim, reafirma-se que a prova pericial, quando compreendida e debatida de maneira crítica, atua como importante instrumento de garantia no processo penal. Ela limita narrativas incompatíveis com os vestígios, contribui para a prevenção de erros judiciais e evidencia a existência de incertezas relevantes que devem ser consideradas na formação do convencimento dos jurados. Assim, a aproximação entre saber jurídico e saber científico não apenas qualifica o julgamento pelo Tribunal do Júri, mas também fortalece o compromisso do processo penal com decisões mais justas, racionais e compatíveis com a complexidade dos fatos humanos submetidos à sua apreciação.



REFERÊNCIAS

LOPES JR., Aury. Direito Processual Penal. São Paulo: Saraiva, 2023.

NUCCI, Guilherme de Souza. Tribunal do Júri. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

PACELLI, Eugênio. Curso de Processo Penal. São Paulo: Atlas, 2023.

GRECO, Rogério. Código de Processo Penal comentado. Rio de Janeiro: Impetus, 2022.

BRASIL. Código de Processo Penal. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.

GOMES, Hélio. Medicina Legal. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2010.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. Manual de criminalística aplicada ao local de crime. Brasília: MJSP.

POLÍCIA FEDERAL. Manual de balística forense. Brasília.

